

# ENTRE A MEMÓRIA E O SILÊNCIO, O TESTEMUNHO TARDIO DE UM DEPORTADO HOMOSSEXUAL

Marcelo Spitzner\*

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Este artigo apresenta uma reflexão a respeito da biografia de Rudolf Brazda, escrita por Jean-Luc Schwab. Essa biografia narra a vida e, especialmente a deportação de Rudolf Bradzda para o campo de concentração de Buchenwald, devido a sua homossexualidade. Brazda foi o último triângulo rosa, título dado aos homossexuais deportados para campos de concentração nazista, e um dos poucos que conseguiu deixar seu testemunho registrado, ainda que através da escrita de outro. Dessa forma, busco nas reflexões teóricas sobre história, memória e modernidade, um caminho para apontar que narrativas como a de Brazda são postergadas ou dificilmente entram na memória coletiva e, por isso, narrá-las se configura como lutas contra o esquecimento, o silenciamento e pela reconstituição dos limites da narrativa histórica. Através desse texto, busco propor que a história é feita de rugas e não de linhas, que a temporalidade precisa ser constantemente revista e que a imagem objetiva de experiência coletiva que sustentava a modernidade deve estar abalada e que é preciso fazer outras genealogias da experiência humana.

**Palavras-chave:** Memória. Testemunho. História. Deportação. Homossexualidade.

Eu, ao ouvir o discurso desse bispo da minha terra natal, me dirigi à minha cama. *Assustado, aterrotizado, indignado.* Os homossexuais, doentes? Eu tinha que reagir. A cólera me submergia. Era preciso acabar para sempre com tais discursos. E para isso, *testemunhar, dizer tudo, exigir reabilitação do meu passado, desse passado que é também o de muitos outros, esquecidos, ocultos nas horas negras da Europa. Testemunhar para proteger o futuro, testemunhar para acabar com a amnésia dos meus contemporâneos.* Romper de uma vez por todas meu anonimato: fazer uma carta aberta ao monsenhor Elchinger.  
Pierre Seel<sup>1</sup>



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

\* Doutorando e Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente em estágio de doutorado-sanduiche (bolsa PDSE/CAPES) no Latin American and Latino Studies Department da University of California, Santa Cruz (Setembro/2014 a Agosto/2015). Atua principalmente nos seguintes temas: Homoerotismo, Cinema e Literatura, Teoria Queer e Teoria Feminista em contexto Latino-americano, Michel Foucault, Judith Butler e Gloria Anzaldúa. E-mail: [marcelospitzner@gmail.com](mailto:marcelospitzner@gmail.com).

<sup>1</sup> Tradução e grifos meus. Essa declaração de Pierre Seel foi motivada por um sermão proferido pelo bispo de Estrasburgo e o levou a posteriormente escrever sua autobiografia, intitulada “Moi, Pierre Seel, déportéhomosexuel” (recentemente traduzido ao português). Pierre Seel processou o bispo, mas não obteve sucesso: “O tribunal decidiu em seu favor: ‘As declarações reportadas não visaram nenhuma pessoa nomeadamente designada ou nomeadamente identificável.’ *Teriam feito o mesmo se se tratasse de declaraçõesantisemitas? Mas a lei não contempla a homofobia.*” (SEEL, 1994, p. 157, tradução e grifos meus).

Nízia Villaça (2006) demonstra que a civilização ocidental se desenvolveu a partir da dicotomia do mesmo e do diferente e, para lidar com uma multiplicidade de culturas, procurou uma verdade transcendental que balizasse seus referentes, garantindo uma epistemologia fundada nos princípios de perfeição, estabilidade, permanência, unidade e racionalidade. Para Jean Pierre Vernant (1991, p. 31), a alteridade, nesse sentido, é condição de identidade. A partir de tal modelo, construiu-se um corpo ideal em oposição a um corpo monstruoso ou abjeto. Na modernidade, uma política de identidade e diferença garante as margens de segurança e de perigo. O diferente precisa ser colocado fora das fronteiras: negros, estrangeiros, animais, classes inferiores, doentes e mulheres. São corpos considerados ameaças à norma, significantes transgressores.

O testemunho oferecido pelo livro “Triângulo Rosa – Um homossexual no campo de concentração nazista”, doravante “Triângulo Rosa”, nos lança face a essa realidade da exclusão, do sujeito fora das fronteiras, da abjeção e da crueldade.

Agamben (2008, p. 26) afirma que “No campo, uma das razões que podem impelir um deportado a sobreviver consiste em tornar-se uma testemunha”. Se Rudolf Brazda possuía essa motivação, ela levou mais de 50 anos para concretizar-se. Mesmo assim, a concretização dessa motivação se deu através de uma terceira pessoa. Brazda necessitou de uma *testis*, Jean-Luc Schwab, pois a força de sua condição de *superstes* continuou a ser abafada ou foi exercida de maneira intermediada, devido a sua condição de estrangeiro, de sujeito que não fala a língua do lugar<sup>2</sup>, e de homossexual. Duas condições, que além de fazer com que Brazda permanecesse sempre o outro, o diferente, serão determinantes para que seu testemunho só “possa” ser escutado tardiamente.

Márcio Seligmann-Silva, recorrendo a Benveniste, faz verificarmos:

a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente, *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos [...] *Massuperstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente. (2010, p. 4)

O que lemos nas páginas de “Triângulo Rosa” é um jogo entre *testis* e *superstes*. Esse jogo pode ser constatado a partir da capa que tanto leva o nome de Jean-Luc Schwab (o historiador/biógrafo) como de Rudolf Brazda (o sobrevivente/autobiógrafo). Poderíamos com

---

<sup>2</sup> Brazda depois da libertação do Campo de Concentração de Buchenwald passou por vários lugares até firmar-se em Mulhouse, na França, onde nunca conseguiu aprender bem o francês.

isso entrar para uma discussão interessante a respeito de biografia e autobiografia a partir dos estudos de Lejeune. No entanto, opto nesse trabalho a caminhar por outras veredas.

Rudolf foi levado para o campo de concentração de Buchenwald, onde chegou em 8 de agosto de 1942, depois de ser condenado outras vezes por enquadramento no Parágrafo 175, uma lei que criminalizava as práticas homossexuais, mas que antes do acirramento das políticas hitleristas estava muito em desuso; com o fortalecimento do Nazismo foi radicalizada e usada como meio para tentar erradicar a homossexualidade da Alemanha. Estima-se que em torno 100.000 homossexuais foram presos, dos quais cerca de 10.000 foram levados aos campos de concentração. Nos Lagers eles eram identificados pelo triângulo rosa, assim como os judeus pela Estrela de Davi, os presos políticos pelo triângulo vermelho, os ciganos pelo marrom, os antissociais pelo preto, os criminosos profissionais pelo triângulo verde.

O triângulo rosa era o símbolo mais cabal da humilhação. Relacionava o sujeito ao feminino, ao efeminamento, à passividade, à fraqueza, à traição.

Em Buchenwald, Brazda foi marcado pelo triângulo rosa e pela letra T, de Tcheco, pois embora se considerasse alemão, somente falasse alemão, havia, depois de truculentos processos, sido deportado para o território de seu nascimento que a essa época pertencia à República Tcheca, mas, recentemente, incorporado à Alemanha, pelo regime nazista. Como Brazda não possuía documentos confiáveis, foi classificado como Tcheco e recebeu o número 7952. Foi o quinto deportado a utilizá-lo – os usuários anteriores ou haviam morrido ou sido transferidos para outros campos.

Nota-se nessas minuciosas classificações e outras hierarquizações estabelecidas nos Campos de Concentração que a desconstrução do *logos*, na tarefa de sustentar o sentido de um centro e sua autoridade contra as margens, se espelhou e se desdobrou no colapso do humano como categoria demarcada. Nesse sentido, não interessa a substância corpórea como tal, mas a instância abstrata, lugar fundador do conhecimento. O corpo mesmo deveria ser transcendido, banido. O humano se confunde com o possuidor do sentido do *self*, como um sujeito contínuo com suas experiências. O colapso dessa visão humanista, que normalmente identifica o sujeito com o sexo masculino, nos tocou a todos, como bem acentua Margrit Shildrick (1996), a propósito do lugar feminino, visto, daquela ótica, como instância monstruosa, mas também dos homossexuais, dos sujeitos racializados etc.

Contra esse esfacelamento do corpo encarcerado, deportado dos judeus, ciganos, homossexuais, cuja necessária desumanização serve para uma instauração do humano ou uma

ideia de humanidade pura e universal (branca, hétero etc.), é que as Literaturas de Testemunho, que englobam as diversas narrativas de situações-limite reivindicam uma ética e estéticas próprias do corpo: “Essa ética e estética da literatura de testemunho possui o corpo – a dor – como um dos seus alicerces.” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 111).

Essa biografia, além de lutar contra o esquecimento, é também uma luta política, que aponta, apesar da quase impossibilidade da narrativa, para aqueles “universais eternos” da historiografia que foram desestabilizados, conforme a reflexão de Márcio Seligmann-Silva (2003).

O testemunho de Brazda demorou a vir a público e um fator que pode ter contribuído para isso foi que, com o fim da guerra, o governo Charles de Gaulle modificou o código penal francês, retirando principalmente leis antissemitas. Porém, os artigos contra homossexualidade continuaram, tornando-se ainda mais rígidos em 1962. Esses artigos são heranças do Parágrafo 175, do código penal alemão, que condenava atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo e existia desde 1871, continuou em vigor no lado oriental até 1967, e, no lado ocidental, até 1969. Foi através desse artigo de lei que os nazistas perseguiram e assassinaram os homossexuais na Alemanha e nos territórios anexados, como a região francesa da Alsácia.

Essa condição levou a muitos homossexuais a esconderem não só a sexualidade como as experiências no período nazista. Pollak (1989) relata que “uma pesquisa de história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de um contrato de locação”.

Somente em 1981 deixou de ser ilegal na França. Portanto, as vítimas homossexuais sentiam-se inseguras para contar suas verdadeiras histórias, por medo do estigma e de possíveis ações legais, e, assim, omitiam-nas, ou mesmo mentiam. O testemunho dos homossexuais era, portanto, socialmente inaudível, impossível e perigoso.

Como aponta Pollak (1989, p. 14):

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões.

Há uma incomensurabilidade entre a palavra e a experiência vivida. Uma experiência que precisa reinventar a palavra, que parece indizível, pois como nos lembra Paul Ricoeur, a

testemunha não esteve ela mesma distante dos acontecimentos, ela não ‘assistiu’ a eles; ela foi sua vítima. Observa-se, muitas vezes, a incapacidade de resposta das vítimas, que, ao não serem capazes de compreender experiências vivenciadas e lhes dar significados, tornam-se incapazes de operar com suas memórias de forma seletiva. A memória, portanto, não pode ser reduzida a instrumento político; ela excede as tentativas de controle.

No entanto, quando esses acontecimentos e vivências são vertidos em memórias oferecem uma crônica pessoal do devir histórico, colocando a ênfase sobre a ordem das coisas, ao invés da subjetividade própria do narrador. Outrossim, os testemunhos dos homossexuais deportados, tais como o de Brazda, suscitam e reforçam reflexões sobre a história, como as de Walter Benjamin, que já apontavam os limites da abordagem histórica que enumerava fatos e eventos ao longo de um tempo homogêneo. Benjamin percebeu que a transmissão de representações coletivas entre indivíduos ao longo do tempo e do espaço tornar-se-ia cada vez mais esparsa e descontínua.

Por tudo isso, é pertinente, a partir dos testemunhos dos homossexuais deportados para os Lagers repensar a história e a memória e lançar mão de um aporte construtivista, pois como diz Pollak (1989, p. 4), “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.”

O “Triângulo Rosa”, dessa forma, é tanto uma denúncia do passado de barbárie nazista, quanto do presente de silenciamento e esquecimento dos homossexuais também como vítimas. Mas, essa denúncia não acontece facilmente porque é preciso representar uma realidade que parece irrepresentável: a dos campos de concentração e das trajetórias dos excluídos, dos dominados. Friedländer chega a argumentar que é preciso rever o conhecimento sobre o real, pois como vítima, o que o indivíduo descreve não é uma construção de um evento vivenciado no passado, mas o próprio evento.

O que ameniza esse caráter subjetivo do texto de “Triângulo Rosa” é a intervenção de Schwab, que sendo historiador busca *certa* objetividade de representação dos fatos. Para alcançar tal objetividade, além de ouvir Rudolf, Jean-Luc sai em busca de documentos, cartas, registros oficiais. Mesmo assim, até pelo caráter político desse testemunho, esse levantamento histórico não busca estabelecer uma origem, uma continuidade ou mesmo uma finalidade em função de um poder, de um lugar ou da relação entre conhecimento, moral e poder, aspectos já muito criticados por Foucault. Objetividade e neutralidade são mais instrumentos processuais do que resultado e produto nessa narrativa.

Nesses termos a narrativa “é tecida como uma forma de se ‘libertar’ do passado como também se desdobra como um doloroso exercício de construção da identidade. Ela é uma narração necessária tanto em termos individuais como também – pensando universalmente – deve funcionar como um testemunho para a posteridade. Ela é um ato subjetivo e objetivo, psicológico e ético” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 114).

Outra questão que podemos tirar desse relato de Brazda é que parte-se do pessoal, mas há uma tentativa superá-lo para impor uma problemática coletiva. Há a necessidade de resgatar a memória coletiva desse grupo que, assim como ele, foi perseguido pelo fato de ser homossexual. Transmite, como diz Pollak (1989, p. 5), as “lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.”

Essa questão nos faz retornar ao princípio desse texto, pois refere-se à questão da modernidade, ao controle civilizatório ao que se pensa como humano e racional na organização social sobre os impulsos desumanizadores que governam a conduta dos indivíduos para compreendermos que a maneira como a memória coletiva é organizada e de que modo o silêncio é imposto, de forma que alguns podem fazer parte da história e outros só virão a tomar parte dela mediante crises e lutas políticas.

Mais uma vez recorrendo a Pollak, percebemos que narrativas como as de Brazda e de Pierre Seel, outro deportado homossexual, demonstra que “a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.”

A literatura e o cinema têm buscado trazer à tona essa experiência pouco mencionada pela história oficial. Peças de teatro, como *Bent*, de Martin Sherman, que foi adaptada para o cinema em 1997<sup>3</sup>, documentários, como *Parágrafo 175*<sup>4</sup> (2000) e filmes, como *Mephisto*<sup>5</sup> (1981) e *Amor em tempos de guerra*<sup>6</sup>, produzido para a TV francesa, são exemplos disso. São produções que vão contra a corrente do silenciamento. A França e a Alemanha só reconheceram a deportação homossexual para campo de concentração no início do Século XXI.

Monumentos, filmes, romances, publicação de diários, biografias e autobiografias são instrumentos para recontar a história e redimensionar a memória coletiva sobre o horror

<sup>3</sup> <http://www.imdb.com/title/tt0118698/>

<sup>4</sup> <http://www.imdb.com/title/tt0236576/>

<sup>5</sup> <http://www.imdb.com/title/tt0082736/>

<sup>6</sup> <http://www.imdb.com/title/tt0444518/>

da guerra, do Estado de Exceção, pois é um dever de “fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si. [...] O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, que não são mais, mas já foram.” (RICOEUR, 2008, p. 101).

Essas são memórias contra a memória porque são lutas contra o esquecimento. A literatura de testemunho (da qual essas obras que citei acima fazem parte) é espaço da memória e, como bem indica Jelin (2002, p. 6),

es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha “contra el olvido”: recordar para no repetir. [...] La ‘memoria contra el olvido’ o ‘contra el silencio’ esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales (cada una de ellas con sus propios olvidos). Esenverdad ‘memoria contra memoria’.

Aliás, o apelo final de Rudolf Brazda, o último triângulo rosa, falecido em 08 de Agosto de 2011, vai no sentido de que sua memória seja uma memória contra a memória que deixa de reconhecer essa deportação. A deportação de homossexuais, somente foi oficialmente reconhecida a partir dos anos 2000. Há apenas duas biografias publicadas, a de Pierre Sell e a de Brazda. Em sua autobiografia, que acaba de ser publicada no Brasil, Pierre Sell pôde tomar a palavra e proferir o seu testemunho como *superstes*, através de seu “Moi, Pierre Sell, deportéhomosexuel”. Bradza dependeu da voz de seu *testis*, dos raros documentos que puderam ser encontrados, e do testemunho de alguns sobreviventes, muitos deles suas antigas paixões e descendentes destes, a maioria pedindo o anonimato.

Esse pedido de anonimato necessitaria de outra análise, mas para o escopo desse trabalho e para me ajudar a pensar algumas reflexões finais, poderíamos pensar que ela entra no jogo de três sentimentos, frequentes para quem passou pela realidade da deportação, sendo que o terceiro agravado pela homofobia: a vergonha, o enquadramento e a exclusão social.

Mas, dos três, o sentimento de vergonha, de certa forma, é mais abrangente. Pode-se perceber no testemunho de Primo Levi, em *Os afogados e os sobreviventes* que diz:

Aqueles que experimentam o encarceramento (e, muito mais em geral, todos os indivíduos que atravessaram experiências severas) se dividem em duas categorias bem distintas, com poucas gradações intermediárias: os que calam e os que falam. Ambos obedecem a razões válidas: calam aqueles que experimentam mais profundamente um mal-estar que, para simplificar, chamei de “vergonha”, aqueles que não se sentem em paz consigo mesmos ou cujas feridas ainda doem. Falam, e muitas vezes falam muito, os outros, obedecendo a impulsos diversos. Falam porque, em vários níveis de consciência, percebem no (ainda que já longínquo) encarceramento o centro de sua vida, o evento que no bem e no mal marcou toda a sua existência. Falam porque sabem ser testemunhas de um processo de dimensão planetária e secular. (LEVI, 2004, p. 127)

Sobre a questão do enquadramento de suas memórias, Michael Pollak (1989, p. 15) percebeu que:

Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de "sub-homens", o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de "memória enquadrada" que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado.

Rudolf Brazda e Jean-Luc Schwab em “Triângulo Rosa – um homossexual no campo de concentração” pode servir não para enquadrar mais um relato em uma determinada página da história, mas para percebermos que a história é feita de rugas e não de linhas, que a temporalidade precisa ser constantemente revista e que a imagem objetiva de experiência coletiva que sustentava a modernidade está abalada (não só no sentido benjaminiano, que produz impossibilidades narrativas, éticas e pedagógicas) e que é preciso fazer outras genealogias da experiência humana.

## Referências

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz – Homo Sacer III*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*. Disponível em: <http://rae.com.pt/wb2.pdf>. Acesso em: 14/10/2014.

\_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. España/Argentina: Siglo XXI, 2002.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15*. [versão em pdf, não paginada]. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 14/10/2014

RICOEUR, P. *A memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SEEL, P. *Moi, Pierre Seel, déporté homosexuel*. Paris: Éditions Calmann-Lévy, 1994.

SELIGMANN-SILVA, M. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.



\_\_\_\_\_. O Local do Testemunho. *Tempo e Argumento* – Revista do Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan. / jun. 2010

\_\_\_\_\_. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SHILDRICK, M. Post-humanism and the monstrous body. *Body & Society.*, v. 2.n. 1, p. 01-15, mar. 1996. doi:10.1177/1357034X96002001001

VERNANT, JP. *A morte nos olhos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

VILLAÇA, N. Sujeito/Abjeto. *Logos: corpo e contemporaneidade*. UERJ: Rio de Janeiro, ano 13, n. 25, 2. semestre 2006.

[Recebido em março de 2014 e aceito para publicação em outubro de 2014]

### **Between memory and silence, the late testimony of a deported homosexual**

**Abstract:** This article focuses on the biography of Rudolf Brazda, written by Jean-Luc Schwab. This biography narrates the life and, especially, the deportation of Rudolf Bradzda to the concentration camp of Buchenwald, due to his homosexuality. Brazda was the last pink triangle, title given to homosexuals who were deported to Nazi concentration camps, and one of the few who managed to leave his testimony recorded, even though the writing of another. Thus, I seek in theoretical reflections on history, memory and modernity, a way to point out that narratives such as Brazda's are delayed or difficult to enter in the collective memory and, therefore, narrate them is configured as struggles against oblivion, silencing and it is a reconstitution of the limits of the historical narrative. Through this text, I propose that history is not made of lines but of wrinkles, the temporality must constantly be revised and that the objective image of collective experience that sustained modernity must be shaken and other genealogies of human experience must be build.

**Keywords:** Memory. Testimony. History. Deportation. Homosexuality.

